

Carta deve *ANC* preservar *P-14* informação

Assegurar na Constituição o direito do cidadão à *informação livre de manipulações* de qualquer ordem, garantir a participação da sociedade na produção e difusão da informação e definir os parâmetros mínimos para a regulamentação da atuação das emissoras de rádio e TV foram algumas das propostas aprovadas ontem, ao final do I Encontro Brasileiro de Educação e Televisão, que reuniu esta semana cerca de 300 pessoas no Hotel Nacional de Brasília.

Além de serem encaminhadas à Comissão da Família, Educação e Cultura da Assembléia Nacional Constituinte, as propostas serão enviadas ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e entidades interessadas. Durante a solenidade de encerramento os participantes manifestaram ainda seu apoio à Universidade de Brasília (UnB), na luta pela conquista do canal de rádio FM.

Entre as propostas que chegarão à Constituinte figura o estabelecimento de um limite máximo para veiculação de produção importadas e a proibição de veiculação pela TV de publicidade de cigarros, álcool e medicamentos. Os participantes apoiaram ainda a proposta determinando que a legislação garanta a liberação de canais de TV em UHF e de rádio em FM para as instituições públicas de ensino superior.

Ao Congresso Nacional eles recomendam que seja destinado às emissoras de radiodifusão públicas um por cento de todas as verbas de publicidade e promoção do Governo. As propostas direcionadas ao Ministério da Educação vão desde uso da televisão nas escolas à introdução nas universidades de uma área específica voltada para a formação de profissionais de produção de TV em educação nos cursos de comunicação e educação.

Para melhorar o desempenho das TVs educativas, os participantes propuseram o desenvolvimento de programas permanentes de formação dos profissionais das diversas áreas e a exclusividade à Funtevé para administrar o uso do satélite em educação, entre outras propostas.